

ANO I - EDIÇÃO Nº 70 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quinta-Feira, 23 de junho de 2016.

## PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA Nº 464/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Complementar nº 51 de 02 de janeiro de 2008 e considerando Requerimento da lavra do Promotor de Justiça Benedito de Oliveira Guedes Neto;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a partir desta data, a Portaria nº 836/2015, que designou os Promotores de Justiça BENEDITO DE OLIVEIRA GUEDES NETO, LEONARDO GOUVEIA OLHÊ BLANCK e TARSO RIZO OLIVEIRA RIBEIRO para em conjunto com o 3º Promotor de Justiça de Colinas AIRTON AMILCAR MACHADO MOMO, atuarem no Procedimento Investigatório Criminal nº 04/2015 - (0003507-29.2015.827.2713) e nas medidas cautelares de interceptação de comunicações telefônicas nº 0002464-57.2015.827.2713 e 0001636-61.2015.827.2713, partes integrantes do referido Procedimento Investigatório.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 21 de junho de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

### APOSTILA Nº 013/2016

Na Portaria nº 465/2016, de 20 de junho de 2016, que estabeleceu lotação à servidora FRANCINE RODRIGUES DE MARCHI, Oficial de Diligências, matrícula nº 139416, no Cartório de 1ª Instância da Capital;

ONDE SE LÊ: “ lotação à servidora FRANCINE RODRIGUES DE MARCHI.”

LEIA-SE: “ lotação provisória à servidora FRANCINE RODRIGUES DE MARCHI”.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 22 de junho de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2016.0701.00174  
ASSUNTO: Abertura de procedimento licitatório objetivando a aquisição de obras bibliográficas.  
INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins

**DESPACHO Nº 287/2016** – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; devidamente cumpridos os requisitos previstos no art. 38, da Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 10.520/02, bem como nos Atos PGJ nos

021/2016 e 025/2016 e, considerando as manifestações favoráveis constantes no Parecer Administrativo no 087/2016, às fls. 181/183, exarado pela Assessoria Especial Jurídica, e Parecer Técnico nº 043/2016, às fls. 184/186, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição; AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório para aquisição de obras bibliográficas a fim de integrarem o acervo da Biblioteca do Ministério Público do Estado do Tocantins, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, 22 de junho de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

### TERMO DE APOSTILAMENTO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, REFERENTE AO CONTRATO Nº 10/2010 – LOCAÇÃO DE IMÓVEL CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E A SRA. VALQUÍRIA ANDREATTI.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições, considerando a documentação acostada no processo administrativo em epígrafe e acolhendo a justificativa colacionada, resolve APOSTILAR o Contrato nº 10/2010, ficando reajustado o pacto, firmado em 20 de abril de 2010.

Processo nº 2010/0701/000167  
CONTRATADO: VALQUÍRIA ANDREATTI.  
OBJETO: Locação de imóvel para abrigar a sede da Promotoria de Novo Acordo-TO  
Embasamento legal: Cláusula segunda Contrato nº 10/2010 combinado com parágrafo 8º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.  
Parecer jurídico: nº 020/2016

VALOR DA LOCAÇÃO	R\$ 1.031,32
ÍNDICE DE REAJUSTE ACUMULADO (IGP-M/FGV)	10,63%
VALOR REAJUSTADO DA LOCAÇÃO	R\$ 109,63
VALOR DA LOCAÇÃO REAJUSTADO A PARTIR DE 20.04.2016	R\$ 1.140,95

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 22 de junho de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

### TERMO DE APOSTILAMENTO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, REFERENTE AO CONTRATO Nº 04/2009 – LOCAÇÃO DE IMÓVEL CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E O SR. ANTÔNIO DIÓGENES ROCHA GALVÃO.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições, considerando a documentação acostada no processo administrativo em epígrafe e acolhendo a justificativa colacionada, resolve APOSTILAR o Contrato nº 04/2009, ficando reajustado o pacto, firmado em 04 de março de 2009.

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO**  
Chefe de Gabinete da PGJ

**UILTON DA SILVA BORGES**  
Diretor-Geral

### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Corregedor-Geral

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES**  
Corregedora-Geral Substituta

**OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR**  
Promotor-Corregedor

**PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO**  
Promotor-Corregedor

**FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA**  
Chefe de Gabinete

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Colégio de Procuradores

**ELAINE MARCIANO PIRES**  
Procuradora de Justiça  
Secretária do Colégio de Procuradores

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES**  
Procuradora de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Procurador de Justiça

**VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA**  
Procuradora de Justiça

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Procurador de Justiça

**RICARDO VICENTE DA SILVA**  
Procurador de Justiça

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Procurador de Justiça

### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Conselho

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Membro - Secretário do Conselho

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Membro - Corregedor-Geral do MPE

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Membro

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6  
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO  
Telefone: (63) 3216-7600

Processo nº 2009/0701/000135  
CONTRATADO: ANTÔNIO DIÓGENES ROCHA GALVÃO  
OBJETO: Locação de imóvel para abrigar a sede da Promotoria de Wanderlândia-TO  
Embasamento legal : Cláusula segunda Contrato nº 04/2009 combinado com parágrafo 8º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.  
Parecer jurídico: nº 018/2016

<b>VALOR DA LOCAÇÃO</b>	<b>R\$ 1.148,49</b>
<b>ÍNDICE DE REAJUSTE ACUMULADO (IPCA/IBGE)</b>	<b>9,39%</b>
<b>VALOR REAJUSTADO DA LOCAÇÃO</b>	<b>R\$ 107,84</b>
<b>VALOR DA LOCAÇÃO REAJUSTADO A PARTIR DE 04.03.2016</b>	<b>R\$ 1.256,33</b>

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 22 de junho de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

### TERMO DE APOSTILAMENTO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, REFERENTE AO CONTRATO Nº 17/2015 – LOCAÇÃO DE IMÓVEL CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E A SRA. SÔNIA APARECIDA NUNES ARANHA.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições, considerando a documentação acostada no processo administrativo em epígrafe e acolhendo a justificativa colacionada, resolve APOSTILAR o Contrato nº 17/2015, ficando reajustado o pacto, firmado em 05 de março de 2015.

Processo nº 2015/0701/00088  
CONTRATADO: SÔNIA APARECIDA NUNES ARANHA.  
OBJETO: Locação de imóvel para abrigar a sede da Promotoria de Alvorada – TO  
Embasamento legal: Cláusula segunda Contrato nº 15/2015 combinado com parágrafo 8º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.  
Parecer jurídico: nº 019/2016

<b>VALOR DA LOCAÇÃO</b>	<b>R\$ 1.400,00</b>
<b>ÍNDICE DE REAJUSTE ACUMULADO (IGP-M/FGV)</b>	<b>11,56%</b>
<b>VALOR REAJUSTADO DA LOCAÇÃO</b>	<b>R\$ 161,84</b>
<b>VALOR DA LOCAÇÃO REAJUSTADO A PARTIR DE 09.03.2016</b>	<b>R\$ 1.561,84</b>

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 22 de junho de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

### REPUBLICADO PARA CORREÇÃO

### TERMO DE APOSTILAMENTO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, REFERENTE AO CONTRATO Nº 03/2010 – LOCAÇÃO DE IMÓVEL CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E O SR. EDGLEITE ALVES TAVARES.

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições, resolve APOSTILAR o Contrato nº 03/2010, compulsando a documentação acostada no processo administrativo em epígrafe e acolhendo a justificativa colacionada, fica reajustado o pacto, firmado em 12 de março de 2010.

Processo nº : 2010/0701/00060  
CONTRATADO: EDGLEITE ALVES TAVARES  
OBJETO: Locação de imóvel para abrigar a sede da Promotoria de Araguaçu-TO  
Embasamento legal : Cláusula segunda Contrato nº 03/2010 combinado com parágrafo 8º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.  
Parecer jurídico: nº 20/2016.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

<b>VALOR DA LOCAÇÃO</b>	<b>R\$ 1.376,41</b>
<b>ÍNDICE DE REAJUSTE ACUMULADO (IGP-M/FGV)</b>	<b>11,56%</b>
<b>VALOR REAJUSTADO DA LOCAÇÃO</b>	<b>R\$ 159,11</b>
<b>VALOR DA LOCAÇÃO REAJUSTADO A PARTIR DE 12.03.2016</b>	<b>R\$ 1.535,52</b>

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 02 de Junho de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

## DIRETORIA-GERAL

### PORTARIA DG Nº 077/2016

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido junto a 4ª Procuradoria de Justiça, conforme solicitação expressa no requerimento protocolado sob o nº 07010132669201665, em 20 de junho de 2016, da lavra da Exmo. Procurador de Justiça, Dr. Alcir Raineri Filho.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Interromper, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias da servidora Fabyola Aparecida Ribeiro Quinaud, a partir do dia 20/06/2016, marcadas anteriormente de 06/06/2016 a 25/06/2016, referentes ao período aquisitivo 2014/2015, assegurando-lhe o direito de usufruto dos 06 (seis) dias restantes em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

#### PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 20 de junho de 2016.

Uiliton da Silva Borges  
Diretor-Geral  
P.G.J

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### AVISO DE PRORROGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/16

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins torna público que foi prorrogada para o dia 07/07/2016, às 14 h (quatorze horas), a data de abertura do Pregão Presencial nº 015/16, Processo Administrativo nº 2016.0701.00189, para adequações do Edital. O referido pregão objetiva a Contratação de agente de integração para operacionalizar o Programa de Estágio do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Palmas-TO, 22 de junho de 2016.

Ricardo Azevedo Rocha  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

## 22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

### EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Miguel Batista de Siqueira Filho, no uso de suas atribuições na 22ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 21, §§1º, IV, 2º e 3º da Resolução

003/2008 do Conselho Superior do Ministério Público, DÁ CIÊNCIA aos eventuais interessados do Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2016/7663, instaurado com o objetivo de averiguar indícios de ato de improbidade administrativa, tipificado no art.11, caput, da Lei nº 8.429/92, decorrente da apropriação de empréstimos consignados dos servidores públicos da Caixa Econômica Federal, sem o devido repasse a instituição financeira, em tese grave violação aos princípios da Administração Pública. Da análise dos Autos, não foram verificados indícios da ocorrência dos atos de improbidade administrativa, pois não há comprovação de dolo por parte do agente público, e sim eventual conduta culposa, a qual se deu em razão de intempéries na arrecadação do Estado do Tocantins. Informa que, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão as pessoas co-legitimadas apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas, 22 de junho de 2016.

Miguel Batista de Siqueira Filho  
22º Promotor de Justiça da Capital

### EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Miguel Batista de Siqueira Filho, no uso de suas atribuições na 22ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 21, §§1º, IV, 2º e 3º da Resolução 003/2008 do Conselho Superior do Ministério Público, DÁ CIÊNCIA aos eventuais interessados do Indeferimento da Notícia de Fato nº 2016/9482, atuada a partir de denúncia anônima oriunda da Ouvidoria-MP/TO, a qual relata em síntese, irregularidades nos processos de vistoria da vigilância sanitária de Palmas. Da análise dos Autos não se verifica a ocorrência de ato de improbidade administrativa, posto que das informações apontadas, não se levantou indicativo de que agentes públicos estariam intencionalmente liberando alvarás sanitários a terceiros determinados e ademais a ausência de vistoria da vigilância sanitária na emissão dos alvarás expõe risco à saúde pública e aos consumidores, cuja atribuição para a apuração dos fatos são afetos as Promotorias da Saúde e do Consumidor da Capital. Cientifica, ainda, que os interessados caso queiram, pode recorrer do indeferimento, no prazo de 10 (dez) dias, a ser dirigido a esta Promotoria, nos termos do artigo 65 da Lei Complementar nº 51 de 2 de janeiro de 2008.

Palmas, 22 de junho de 2016.

Miguel Batista de Siqueira Filho  
22º Promotor de Justiça da Capital

## 23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA nº. 06/2016-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº. 8.625/93; art. 8º, § 1º da Lei 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº. 051/2008; art. 5º. Inciso XXXII e art. 170, inciso V, da Constituição Federal.

ORIGEM: Peça de Informação nº. 2010.6.29.22.0062.

FATO EM APURAÇÃO: Possível descumprimento de cláusula contratual relativa à comercialização de lotes situados no Loteamento Jardim Sônia Regina, em Taquaralto, Palmas/TO.

INVESTIGADOS: Ricanato Empreendimentos Imobiliários Ltda, Leonardo Rizzo Participações Imobiliárias Ltda e União Empreendimentos Imobiliários.

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 01 de junho de 2016.

DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 01 de junho de 2017.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



## 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 021/2016/ICP

INVESTIGANTE: Thaís Cairo Souza Lopes, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Relatório de Fiscalização do CAOCON e ANP.

FATO EM APURAÇÃO: Supostas vendas ilegais de GLP – Gás Liquefeito de Petróleo no município de Juarina/TO

INVESTIGADAS: Empresas do município de Juarina

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 20 de junho de 2016.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 022/2016/ICP

INVESTIGANTE: Thaís Cairo Souza Lopes, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Documentos oriundos da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário no Estado do Tocantins enviados a Procuradoria Geral de Justiça/MPTO.

FATO EM APURAÇÃO: Suposto mal uso/desvio de equipamentos públicos do PAC-2 no município de Bernardo Sayão/TO

INVESTIGADA: Prefeitura Municipal de Bernardo Sayão/TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 20 de junho de 2016.

## 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TOCANTINÓPOLIS

### EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna

pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 011/2015 em Inquérito Civil nº 011/2015, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA IC nº 022/2016

INVESTIGANTE: 1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; art.10, incisos VIII e XII, da Lei nº 8.429/92; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 011/2015/1ª PJTOC

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar irregularidades em procedimento licitatório realizado pela Prefeitura de Aguiarnópolis, inerente ao pregão nº 013/2015.

INVESTIGADO: Prefeitura Municipal de Aguiarnópolis/TO

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Tocantinópolis/TO, 14 de junho de 2016.

## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEIXE

### EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 040/2011, em Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 01/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Peixe-TO.

FUNDAMENTO: artigos 127, caput, e 129, inciso III, ambos da Constituição Federal; artigo 26, I, da Lei nº 8.625/93, artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e artigo 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: De ofício

DOCUMENTO DE ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 040/2011 (Autos CSMP nº 178/2013 – 29/10/2013 – Arquimedes-Documento nº 330706).

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público (9985) / Atos Administrativos (9997) / Improbidade Administrativa (10011) / Dano ao Erário (10012) / Enriquecimento Ilícito (10013).

FATO EM APURAÇÃO: “Apurar a majoração do subsídio dos Vereadores de Peixe, com efeitos financeiros no curso da própria legislatura (2009 – 2012), e aumento do valor pago a título de diária – por parte dos vereadores de Peixe-TO, entre outros”.

REPRESENTANTE: Defensoria Pública do Estado do Tocantins

REPRESENTADO: Câmara Municipal de Peixe-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Peixe-TO, 13 de junho de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 13/06/2017.



(63) 3216-7598

(63) 3216-7575



www.mpto.mp.br



ouvidoria@mpto.mp.br

